

## **A CAPACITAÇÃO TÉCNICA DO PSICÓLOGO NA ÁREA JURÍDICA**

Dayara Fermiano de Campos  
dayarafermiano@gmail.com  
Luana Machioski  
Luiz Henrique Bezerra  
Thaynara Garcia Gomes  
Prof.<sup>a</sup>. Hellen Priscila Farias

**RESUMO:** O campo jurídico e da psicologia possuem em comum o interesse pelo comportamento humano, enquanto um estuda o comportamento em si o outro busca as regras que o ajustam. Nesse encontro surgiu o espaço para a atuação do psicólogo no âmbito jurídico, atuando no estudo da conduta humana, os conhecimentos técnicos da psicologia auxiliam o direito no alcance de seus objetivos, não com a função de decisão, mas como mediador nas discussões.

A pesquisa envolveu um breve panorama sobre a prática profissional do psicólogo nesse campo, suas áreas de atuação, a perícia e assistência técnica, a elaboração de documentos, produção de laudos e pareceres, pautada em uma entrevista com profissionais da área, que foi realizada para fins acadêmicos com objetivo de conhecer a área de atuação do psicólogo no campo jurídico.

A expansão desta área tem se mostrado significativa no nosso país, porém ainda existem profissionais pouco qualificados para realizar tal função, a seleção de psicólogos para atuar como perito ou como assistente técnico não se exige cursos específicos ou especializações.

A psicologia jurídica requer não somente a habilidade em compreender e manejar técnicas e práticas psicológicas, mas também deve conhecer o âmbito jurídico, entender sobre os trâmites e os métodos processuais, para que o trabalho do psicólogo seja o de ajudar a solucionar os casos, e não ser somente o emissor de um documento anexado ao processo.

Os casos mais comuns são os que abordam alienação parental, disputa de guarda, divórcio e abuso infantil, sendo estes os contextos mais atendidos pelas psicólogas entrevistadas. É essencial que se tenha conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, com base em diversos autores e embasamento teórico, para que o laudo ou parecer elaborado, tenha além de depoimentos e testes, também um aporte teórico, que irá sustentar o argumento do psicólogo frente a tal questão.

Diante disso compreendemos que cursos e especializações sejam pré requisitos, para que psicólogos atuem nesta área, bem como um tempo mínimo de formação, para que esteja mais capacitado para a produção de documentos e para a prática de atendimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia jurídica, Capacitação Profissional, Especialização.

### **REFERÊNCIAS:**

CRUZ, R. M. (Org.) **Psicologia jurídica: perspectiva teóricas e processos de intervenção.** São Paulo: Vetor, 2009.

DA PIZZOL, A. perícia psicológica e social na esfera judicial: aspectos legais e processuais. In ROVINSKI, S.L.R.; CRUZ, R. M. (Org.) **Psicologia jurídica: perspectiva teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor, 2009.

FRANÇA, F. Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v.6, n.1, jun. 2004. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872004000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100006)>. Acesso em: 28 abr. 2018.